

Segunda-feira, 25 de Maio de 2026



Diário Oficial Cesário Lange

Sumário

PREFEITURA MUNICIPAL DE CESÁRIO LANGE - SP	2
Retificação - Leis Municipais	2
Leis Municipais - Republicação Lei Complementar Nº 143/2026	3
Departamento de Recursos Humanos - Extrato de Portarias	8

MAIO DE 2026

Diário Oficial

Edição nº XCIII/2026

EXPEDIENTE

O Diário Oficial de Cesário Lange é uma publicação sob a responsabilidade das entidades da Administração Direta e Indireta do Município de Cesário Lange.

Demais edições do Diário Oficial Eletrônico de Cesário Lange poderão ser consultadas por meio do endereço eletrônico:
<https://ecriediariooficial.com.br/cesariolange>.

As consultas são de acesso gratuito e não necessitam de qualquer realização de cadastro.

Prefeitura Municipal de Cesário Lange

CNPJ: 46.634.572/0001-23

Endereço: Praça Pe. Adolfo Testa, 651 - Centro. Cesário Lange/SP

Telefone: (15) 3246 - 8600

Site: <https://www.cesariolange.sp.gov.br>

Câmara Municipal de Cesário Lange

CNPJ: 54.329.545/0001-75

Endereço: Avenida 3 de Maio, 1368 - Centro. Cesário Lange/SP

Telefone: (15) 3246-1213

Site:

<https://www.camaracesariolange.sp.gov.br>

RETIFICAÇÃO

Na edição do dia 12 de maio de 2026, edição LXXXIV/2026, foi publicada, às fls. 13-16, a Lei Complementar nº 143/2026, de 12 de maio de 2026.

Contudo, constatou-se **erro material de digitação na referida norma**, razão pela qual:

Onde se lê:

Art. 7º Os loteamentos industriais deverão possuir área total mínima de 30.000 m² (vinte mil metros quadrados), não se confundindo com a área vendável de lotes, salvo nos casos de projetos especiais aprovados por interesse público, sendo que cada lote individual não poderá ter área inferior a 500 m² (quinhentos metros quadrados), exceto quando destinados exclusivamente a edificações de apoio ou serviços técnicos do em-preendimento.

Leia-se:

Art. 7º Os loteamentos industriais deverão possuir área total mínima de 30.000 m² (trinta mil metros quadrados), não se confundindo com a área vendável de lotes, salvo nos casos de projetos especiais aprovados por interesse público, sendo que cada lote individual não poderá ter área inferior a 500 m² (quinhentos metros quadrados), exceto quando destinados exclusivamente a edificações de apoio ou serviços técnicos do em-preendimento.

A referida Lei Complementar segue republicada em sua integralidade, com as devidas correções.

**LEI COMPLEMENTAR Nº 143/2026
DE 12 DE MAIO DE 2026**

(Projeto de Lei Complementar nº 03/2026)
(Autor: Poder Executivo)

“INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE INCENTIVO À IMPLANTAÇÃO DE LOTEAMENTOS INDUSTRIAIS NO MUNICÍPIO DE CESÁRIO LANGE/SP E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CESÁRIO LANGE**, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela legislação federal pertinente;

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Cesário Lange aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E DOS OBJETIVOS DO PROGRAMA**

Art. 1º Fica instituído o Programa de Municipal de Incentivo à Implantação de Loteamentos Industriais, Centros Logísticos e de Inovação Tecnológica no Município de Cesário Lange, com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico, a geração de empregos, o fortalecimento da base tecnológica local, e ordenar a expansão das áreas destinadas à atividade industrial no território municipal.

Art. 2º O Programa tem por objetivo central elevar a competitividade econômica do Município por meio do fomento à implantação de loteamentos industriais, centros logísticos e de inovação tecnológica, mediante a concessão de incentivos fiscais e urbanísticos estratégicos, possuindo como princípios norteadores e objetivos essenciais:

- I – Impulsionar a atração de investimentos de capital privado;
- II – estimular a implantação, ampliação e regularização de loteamentos destinados à instalação de atividades industriais;
- III – atrair novos empreendimentos industriais para o Município;
- IV – fomentar a geração de empregos diretos e indiretos e a ampliação da renda local;
- V – promover a diversificação e o fortalecimento da base econômica do Município;
- VI – incentivar a adequada ocupação do solo urbano e de expansão urbana destinado às atividades industriais;
- VII – contribuir para o planejamento territorial e para o desenvolvimento urbano sustentável;
- VIII – ampliar a arrecadação municipal por meio da expansão da atividade econômica.

CAPÍTULO II**DA NATUREZA DOS BENEFÍCIOS FISCAIS E TRIBUTÁRIOS**

Art. 3º Às pessoas jurídicas, loteadoras, incorporadoras e consórcios desenvolvedores de projetos de parcelamento do solo que se submeterem às regras do Programa poderão ser concedidos os seguintes benefícios fiscais e urbanísticos:

- I - Suspensão da exigibilidade do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, durante o prazo de execução das obras de implantação do loteamento, observado o limite máximo de 4 (quatro) anos, contados da emissão do Alvará para Implantação de Loteamento;
- II - Isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU sobre os lotes individualizados oriundos do parcelamento do solo, regular e aprovado, com base na matrícula ou inscrição municipal, pelo prazo de

até 10 (dez) anos, condicionada a efetiva demonstração de comercialização dos lotes, extinguindo-se na data de subscrição ou assinatura do contrato de compra e venda ou compromisso de compra e venda."

III - isenção condicionada do ITBI - Imposto de Transmissão de Bens Imóveis, nas transmissões realizadas anteriormente à aprovação do loteamento, destinadas à reorganização fundiária ou à regularização registral da área do empreendimento, desde que previstas em protocolo de intenções e realizadas entre sociedades com identidade de sócios, exclusivamente para essa finalidade, ficando o benefício condicionado à aprovação do loteamento pelos órgãos competentes no prazo de até 24 (vinte e quatro) meses contados da transferência de propriedade. Não implementada a condição no prazo, a isenção considerar-se-á automaticamente revogada, tornando-se exigível o ITBI, acrescido dos encargos legais.

IV - Fixação da alíquota do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) no patamar de 2% (dois por cento), assegurando o piso estabelecido no art. 8º - A da Lei Complementar Federal nº 116/2003, para os serviços de engenharia, terraplanagem, pavimentação e congêneres prestados exclusivamente dentro do perímetro do loteamento incentivado, sujeitando-se o presente inciso às condições resolutivas de transição da EC 132/2023 dispostas no Capítulo V desta Lei.

Parágrafo único. No caso de as obras do empreendimento ultrapassem o lapso temporal máximo de 4 anos, nos termos do inciso I, a suspensão da exigibilidade do imposto cessará, operando-se o lançamento ordinário do IPTU sobre o imóvel na forma do Código Tributário de Cesário Lange, facultando-se à Fazenda Pública efetuar o lançamento suplementar corrigido com os encargos moratórios.

CAPÍTULO III

DO PROCEDIMENTO DE ADESAO AO PROGRAMA E CONDIÇÕES

Art. 4º O requerimento visando o enquadramento de qualquer projeto ao regime do Programa deverá ser instrumentalizado via formalização processual de um "Protocolo de Intenções ", instruído, inescusavelmente, pelos seguintes elementos comprobatórios:

- I – memorial descritivo preliminar pormenorizando os aspectos estruturais do loteamento, projeção demográfica e cronograma físico-financeiro global de implantação;
- II – demonstração atestada de regularidade fiscal mediante certidões negativas de débitos expedidas pelos fiscos Municipal, Estadual e Federal relativos à matriz empresarial e filiais do grupo de empreendedores;
- III – documentação técnica necessária à análise urbanística do empreendimento.

Art. 5º Para consolidar a concessão dos benefícios previstos nesta legislação, o empreendedor deverá assumir responsabilidade material objetiva em executar, integralmente às suas expensas orçamentárias - para além das diretrizes basilares da Lei Federal nº 6.766/1979 e dos condicionamentos da Lei Municipal de Parcelamento de Solo - Lei n. 1.006, de 24 de janeiro de 2002, as denominadas “Contrapartidas Urbanísticas de Adensamento Sustentável”, abrangendo obrigatoriamente, mas não limitando-se a:

- I – execução de pavimentação asfáltica de padrão rodoviário no sistema viário interno do empreendimento e nas vias implantadas pelo próprio projeto, observados os padrões técnicos definidos pela legislação municipal pertinente, podendo o Poder Público, mediante análise técnica dos órgãos competentes, estabelecer intervenções complementares destinadas à adequada integração do novo empreendimento ao sistema viário urbano existente;
- II – aparelhamento das áreas públicas, sendo facultada ao Município a supressão ou redução das áreas de sistema de lazer e institucionais em favor do adensamento produtivo, desde que o empreendedor apresente projeto urbanístico e paisagístico industrial alinhado à proposta, garantindo equipamentos urbano antivandalismo, e iluminação com eficiência energética com foco em fontes renováveis;
- III – Implantação de sistema de drenagem pluvial dimensionado com base nos estudos hidrológicos e hidráulicos constantes do projeto técnico aprovado pelo Município, podendo contemplar, quando tecnicamente necessário, dispositivos de retenção, infiltração ou controle de vazão destinados a mitigar impactos no sistema hídrico local e prevenir a sobrecarga da infraestrutura pública existente
- IV – adoção de faixas cicloviárias ou passeios acessíveis que impulsionem os modais de mobilidade não-motorizada, em interatividade com futuras artérias da municipalidade.

Art. 6º O deferimento final e assinatura do Termo de Acordo originado do Protocolo de Intenções dependerá da avaliação conclusiva de uma Comissão Intersecretarial Técnica a ser designada pelo Chefe do Poder Executivo (envolvendo áreas de Planejamento, Obras, Fazenda e Negócios Jurídicos).

Parágrafo único. A Comissão elaborará relatório técnico circunstanciado acerca da viabilidade urbanística, econômica e fiscal do empreendimento proposto, avaliando sua compatibilidade com os objetivos desta Lei e com as diretrizes de desenvolvimento econômico e territorial do Município.

Art. 7º Os loteamentos industriais deverão possuir área total mínima de 30.000 m² (trinta mil metros quadrados), não se confundindo com a área vendável de lotes, salvo nos casos de projetos especiais aprovados por interesse público, sendo que cada lote individual não poderá ter área inferior a 500 m² (quinhentos metros quadrados), exceto quando destinados exclusivamente a edificações de apoio ou serviços técnicos do empreendimento.

Parágrafo Único. A critério do Poder Executivo, a área mínima do loteamento poderá ser reduzida em até 20% (vinte por cento) para projetos considerados de interesse estratégico ou de alta tecnologia.

CAPÍTULO IV

DA ESTRITA OBEDIÊNCIA À RESPONSABILIDADE FISCAL E DA COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 10. A concessão dos incentivos previstos nesta Lei observará o disposto no art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), especialmente quanto à estimativa do impacto orçamentário-financeiro da renúncia de receita e à sua compatibilidade com as metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 11. Na hipótese de ocorrência de desequilíbrio fiscal relevante ou comprometimento das metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, devidamente demonstrado em relatórios oficiais de execução orçamentária elaborados pela Secretaria Municipal da Fazenda, o Poder Executivo poderá, mediante decreto fundamentado, suspender temporariamente o recebimento de novos pedidos de adesão ao Programa, até que sejam restabelecidas as condições de equilíbrio fiscal do Município.

Parágrafo único. A suspensão prevista neste artigo não afetará os benefícios já concedidos nem os processos administrativos regularmente protocolados antes da edição do decreto.

Art. 12. As obras de infraestrutura externas ao loteamento, executadas pelo empreendedor mediante autorização expressa do Município, poderão ser objeto de compensação proporcional com créditos tributários futuros ou cessão de uso de bens públicos, a critério do Poder Executivo e nos termos de regulamentação específica.

CAPÍTULO V

DA REGRA DE TRANSIÇÃO DA REFORMA TRIBUTÁRIA

Art. 13. Em estrita observância à Emenda Constitucional nº 132/2023 (Reforma Tributária Nacional) e sua ulterior regulamentação em Lei Complementar, os incentivos vinculados ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) previstos no inciso III do Artigo 3º desta Lei subordinam-se incondicionalmente à seguinte regra de transição temporal e competência:

I – O benefício fiscal incidirá validamente até a data limite de 31 de dezembro de 2032, ou enquanto o imposto matriz (ISSQN) remanescer no ordenamento jurídico sob a competência legislativa primária da municipalidade.

II – A partir de 1º de janeiro de 2033, com a imposição normativa da extinção definitiva do ISSQN e a integral assunção do sistema pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), as reduções de alíquotas referenciadas nesta Lei restarão peremptoriamente revogadas de ofício e extintas.

III – Fica expressamente vedada a transposição, transmutação, compensação ou extensão automática do incentivo outrora aplicável ao ISSQN para as futuras cobranças do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), devendo a municipalidade obedecer ao princípio da uniformidade legislativa ditado pelo Comitê Gestor Nacional.

Parágrafo único. A adaptação da presente Lei ao novo regime tributário será realizada por meio de decreto do Poder Executivo, naquilo que couber, observada a preservação da finalidade dos incentivos e a continuidade do tratamento favorecido às atividades incentivadas, ficando assegurada a revisão do

equilíbrio econômico-financeiro dos protocolos de intenção em vigor no ano de 2033, em decorrência da transição para o novo regime tributário nacional (IBS/CBS).

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. O empreendedor habilitado decairá do direito aos benefícios tributários concedidos por esta legislação de ofício, respondendo solidariamente pelos valores isentados atualizados sob os regramentos sancionatórios do Código Tributário Municipal, nas seguintes intercorrências capituladas:

I – desvio flagrante da finalidade ou fraude na execução material do loteamento atestado pela fiscalização competente;

II – retardamento culposo na submissão de plantas ou não acionamento dos canteiros de obras nas margens estipuladas no cronograma assinado em conjunto à edilidade;

III – paralisação continuada dos trabalhos das empreitadas por lapso temporal igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, excetuando-se as hipóteses taxativas de paralisação gerada por força maior, grave abalo sistêmico mercadológico reconhecido, restrições alheias de competência estadual (ex: CETESB) ou ordens judiciais intercorrentes imprevistas;

IV – prática de crime ambiental tipificado na lei pátria dentro das dependências das terras transacionadas e o descumprimento contumaz das diretrizes urbanísticas de impacto de vizinhança.

V – incidência em condição de inadimplência fiscal que configure inscrição na Dívida Ativa municipal pertinente a outras exigibilidades inerentes à sua titularidade em patamares equivalentes ao regramento de exclusão vigente nos Programas de Recuperação Fiscal (REFIS) de Cesário Lange.

Art. 15. O loteador deverá apresentar, até o dia 31 de dezembro de cada exercício, relação completa dos lotes transacionados no exercício, com a identificação do adquirente e referência ao lote correspondente, sob pena de responsabilidade tributária solidária em relação aos lotes ainda não transferidos.

Art. 16. Fica atribuída à Chefia do Poder Executivo Municipal a faculdade de expedir os competentes Atos Regulamentares (Decretos) complementares imprescindíveis à funcionalidade administrativa estrita e rotinas documentais exigíveis a este diploma, em até 60 (sessenta) dias transcorridos de sua veiculação oficial.

Art. 17. As despesas gerenciais que porventura emanarem com suporte na gestão desta Lei, bem como o câmputo contábil analítico de subsídios deferidos, serão absorvidos pelos elementos orçamentários apropriados descritos no balancete anual exequível da municipalidade, remanejáveis ou suplementáveis mediante disponibilidade atestada.

Art. 18. Aplica-se subsidiariamente a esta Lei, no que couber, a legislação municipal vigente de incentivos econômicos e as normas gerais de parcelamento do solo urbano.

Art. 19. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos sobre fatos geradores e requerimentos posteriores, ficando revogadas toda e qualquer disposição pretérita ou concorrente que preveja imunidades, isenções ou estímulos assemelhados, incongruentes ao sistema delineado.

Parágrafo único. Permanecem íntegros e válidos os atos de concessão, benefícios e incentivos regularmente formalizados antes da vigência desta Lei Complementar, os quais continuarão a reger-se pelas normas vigentes à época de sua celebração, até o término de sua eficácia.

Cesário Lange, 12 de maio de 2026

RAMIRO DE CAMPOS

Prefeito Municipal

Registrado em livros próprios da Secretaria e publicado no Diário Oficial do Município em sua versão eletrônica.

ISADORA DE SOUZA POLES

Resp/Exp/ Secretaria

O **DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS** da Prefeitura Municipal de Cesário Lange torna públicos os extratos das Portarias abaixo relacionadas, para conhecimento e efeitos legais.

PORTARIA Nº 1248/2026 - Fica concedido **10 (dez) dias de férias + 10 (dez) dias de Abono Pecuniário** ao servidor(a) público(a) municipal, o (a) Sr. (a). **ANDREIA JULIA BELLA RODRIGUES, Assistente Social**, a partir de 08 de junho de 2026 a 17 de junho de 2026, referente ao período aquisitivo de **04.05.2025 a 03.05.2026**

PORTARIA Nº 1249/2026 - Fica concedido **20 (vinte) dias de férias + 10 (dez) dias de Abono Pecuniário** ao servidor(a) público(a) municipal, o (a) Sr. (a). **CLAUDIO DINIZ, Agente de Manutenção**, a partir de 08 de junho de 2026 a 27 de junho de 2026, referente ao período aquisitivo de **19.03.2025 a 18.03.2026**

PORTARIA Nº 1250/2026 - Fica concedido **10 (dez) dias de férias** ao servidor(a) público(a) municipal, o (a) Sr. (a). **EDES RODRIGUES CORAÇÃO, Motorista**, a partir de 08 de junho de 2026 a 17 de junho de 2026, referente ao período aquisitivo de **08.03.2025 a 07.03.2026**

PORTARIA Nº 1251/2026 - Fica concedido **20 (vinte) dias de férias + 10 (dez) dias de Abono Pecuniário** ao servidor(a) público(a) municipal, o (a) Sr. (a). **GRACIELA APARECIDA DE ALMIEDA, Ajudante Geral**, a partir de 08 de junho de 2026 a 27 de junho de 2026, referente ao período aquisitivo de **12.03.2025 a 11.03.2026**

PORTARIA Nº 1252/2026 - Fica concedido **10 (dez) dias de férias + 10 (dez) dias de Abono Pecuniário** ao servidor(a) público(a) municipal, o (a) Sr. (a). **JOSÉ HENRIQUE BATISTA SANTOS, Auxiliar Administrativo**, a partir de 08 de junho de 2026 a 17 de junho de 2026, referente ao período aquisitivo de **06.06.2025 a 05.06.2026**

PORTARIA Nº 1253/2026 - Fica concedido **30 (trinta) dias de férias** ao servidor(a) público(a) municipal, o (a) Sr. (a). **LUANA RODRIGUES MIRANDA, Auxiliar de Desenvolvimento Infantil**, a partir de 08 de junho de 2026 a 07 de julho de 2026, referente ao período aquisitivo de **04.06.2025 a 03.06.2026**

PORTARIA Nº 1254/2026 - Fica concedido **20 (vinte) dias de férias + 10 (dez) dias de Abono Pecuniário** ao servidor(a) público(a) municipal, o (a) Sr. (a). **MARLON RUIVO VIEIRA, Auxiliar Administrativo**, a partir de 01 de junho de 2026 a 20 de junho de 2026, referente ao período aquisitivo de **03.03.2025 a 02.03.2026**

PORTARIA Nº 1255/2026 - Fica concedido **15 (quinze) dias de férias** ao servidor(a) público(a) municipal, o (a) Sr. (a). **MICHELLY TAINAH ANDRADE BENTO, Orientador Social**, a partir de 10 de junho de 2026 a 24 de junho de 2026, referente ao período aquisitivo de **10.06.2025 a 09.06.2026**

PORTARIA Nº 1256/2026 - Fica concedido **20 (vinte) dias de férias + 10 (dez) dias de Abono Pecuniário** ao servidor(a) público(a) municipal, o (a) Sr. (a). **RAFAEL APARECIDO DE CAMPOS, Ajudante Geral**, a partir de 08 de junho de 2026 a 27 de junho de 2026, referente ao período aquisitivo de **05.03.2025 a 04.03.2026**

PORTARIA Nº 1257/2026 - Fica concedido **10 (dez) dias de férias** ao servidor(a) público(a) municipal, o (a) Sr. (a). **RODRIGO PERES BARBOSA DE CAMARGO, Auxiliar Administrativo**, a partir de 10 de junho de 2026 a 19 de junho de 2026, referente ao período aquisitivo de **04.05.2025 a 03.05.2026**

PORTARIA Nº 1258/2026 - Fica concedido **15 (quinze) dias de férias** ao servidor(a) público(a) municipal, o (a) Sr. (a). **TATIANE CAMARGO BARROS DO AMARAL, Auxiliar de Desenvolvimento Infantil**, a partir de 01 de junho de 2026 a 15 de junho de 2026, referente ao período aquisitivo de **06.04.2026 a 05.04.2026**

PORTARIA Nº 1259/2026 - Fica concedido **20 (vinte) dias de férias + 10 (dez) dias de Abono Pecuniário** ao servidor(a) público(a) municipal, o (a) Sr. (a). **VANDERLEIA ALMEIDA CARVALHO, Agente de Manutenção**, a partir de 08 de junho de 2026 a 27 de junho de 2026, referente ao período aquisitivo de **06.04.2026 a 05.04.2026**

PORTARIA Nº 1260/2026 - Fica concedido **10 (dez) dias de férias** ao servidor(a) público(a) municipal, o (a) Sr. (a). **VANESSA APARECIDA CAMARGO BARROS, Técnico de Enfermagem**, a partir de 10 de junho de 2026 a 19 de junho de 2026, referente ao período aquisitivo de **06.04.2026 a**